

## Congresso aprova lei que permitirá cumprimento do piso da enfermagem

O Congresso Nacional acaba de aprovar o projeto do governo federal que abre crédito especial para cumprimento do piso salarial da enfermagem. Desse modo, o Ministério da Saúde disporá do valor de R\$ 7,3 bilhões para implementação do piso de várias categorias do setor a partir de maio (PLN 5/23). O piso foi criado pela Emenda Constitucional (EC) 124.

A norma concede aos enfermeiros salário com valor mínimo de R\$ 4.750 e de R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem. Já auxiliares de enfermagem e parteiras têm de receber pelo menos R\$ 2.375.

Ontem (25), a proposta havia sido aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, e só faltava esta votação final por todos os deputados e senadores. O próximo passo será a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que o valor seja liberado pela União para o Ministério da Saúde já a partir de maio.

Em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar proposta pela Confederação Nacional de Saúde para suspender os efeitos da lei do piso da enfermagem até haver garantias de que o setor público teria como arcar com os impactos financeiros da medida. Em dezembro, o ministro do STF Luís Roberto Barroso decidiu que, mesmo com a aprovação da Emenda Constitucional 127, que tratou das fontes de recursos no setor público, faltaria a regulamentação da assistência complementar da União por uma outra lei federal. Foi esta a lei que o Congresso acaba de aprovar.

## Repercussão

Agora, a expectativa é que o presidente Lula sancione o projeto até o dia 12 de maio. Na data, o país celebra o Dia Internacional da Enfermagem. Após a sanção, os novos valores entram em vigor. Enquanto isso, parlamentares celebram os avanços da categoria. O autor do projeto, Fabiano Contarato (PT-ES) considera a aprovação uma vitória.

"Como autor do projeto

que gerou a lei do piso (Lei 14.434/2022), celebro o esforço conjunto do Legislativo e do Executivo federais em favor da dignidade salarial da enfermagem brasileira. Agora, só falta o STF derrubar a liminar que suspendeu o pagamento do piso", disse o senador.

O deputado federal Zarattini (PT-SP) classificou o momento como "histórico para a enfermagem brasileira". "Finalmente, a batalha chegou ao fim. Parabéns aos trabalhadores que lutaram por essa vitória", completou.

Já a parlamentar Erika Hilton (Psol-SP) lembrou que o piso da enfermagem "é uma luta de três décadas". Além disso, ela argumentou que a medida beneficiará grupos vulneráveis. "E não representa apenas melhorias pra categoria e pra saúde. 85% da Enfermagem é mulher, 53% é negra. Mulheres e pessoas negras têm os menores salários do Brasil. O piso ajuda à mudar isso. Esse avanço é um avanço para todes."

Fonte: CUT





Ano XXI Nº 4613 Pag 02 27 de Abril de 2023

Filiado à CUT CONDSEF



## Congresso aprova PLN 2/23 e reajuste dos federais poderá ser pago em junho

O Congresso Nacional aprovou na tarde dessa quartafeira, 26, o PLN 2/2023 que possibilita concessão de reajuste linear de 9% a servidores federais ativos, aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90. O projeto vai a sanção presidencial. A expectativa é de que seja sancionado pelo presidente Lula já amanhã para que o governo enconforme compromisso, uma medida provisória (MP) ao Congresso autorizando o reajuste. O PLN 5/2023 que assegura o piso salarial da enfermagem também foi aprovado.

O objetivo é garantir que o percentual de 9% seja aplicado nos contracheques de maio com pagamento a ser feito em junho assegurando prazo apontado no acordo firmado com a categoria.

Seminário inicia debate da Campanha Salarial 2024



Ainda essa semana, nos dias 28 e 29, servidores iniciam em seminário realizado pelo Fonasefe, do qual a Condsef/ Fenadsef faz parte, o processo de debate que levará a mobilização e luta da Campanha Salarial 2024. O trabalho em defesa da valorização dos servidores e serviços pú-

blicos é permanente. "O futuro promete que no diálogo e na negociação a gente avance e melhore nas conquistas e resgate do serviço público e do funcionalismo" pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretáriogeral da Confederação.

Fonte: Condsef





